

DEPUB - 0. ABR. 1976

Poder Popular

Director: Fernando Ribeiro Mendes Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 28 (Nova Série) 10 de Fevereiro de 1976 4\$00

II CONGRESSO

13-14-15

Fevereiro 1976



Estamos a dias da realização do II Congresso Nacional do MES, momento de importância fundamental para a definição das perspectivas estratégicas, táticas, ideológicas e organizativas do nosso Movimento.

— No momento em que a burguesia recupera já o poder político e o utiliza na restauração do seu domínio de classe em bases bem palpáveis — alta de preços, congelamento da contratação, política de mentira e repressão sobre o Povo.

— No momento em que os grandes senhores do fascismo, Kaulzas, Tenreiros, Moreiras Baptistas, etc. saem em liberdade, enquanto são presos Otelo, Tomé, Dinis de Almeida e tantos outros cujo único crime foi terem querido colocar-se ao lado do Povo.

— No momento em que notórios fascistas ocupam postos-chave nas Forças Armadas preparando-se para desferir o golpe que faça de Portugal o Chile da Europa, e quando o dilecto discípulo de Caetano já reúne as suas hostes no Campo Pequeno.

O Movimento de Esquerda Socialista, coerente com as responsabilidades que pela sua prática assumiu perante a classe operária e o Povo, empenhar-se-á em fazer com que esta realização constitua um contributo significativo para o fortalecimento da Esquerda Revolucionária no combate à reconstrução capitalista e à ameaça fascista.

Neste número continuamos a publicação de documentos que foram base para a discussão preparatória do nosso II Congresso.

- . A luta pela unidade das massas exploradas
- . Sobre a «aliança operário-camponesa».
- . Sobre as concepções de Revolução Democrática e Nacional e de Revolução Democrática e Popular
- . Sobre o militarismo

REVOLUCIONÁRIOS LIBERTAÇÃO! FASCISTAS PARA A PRISÃO!

CLARP

COMITÉ DE LIBERTAÇÃO DOS ANTIFASCISTAS REVOLUCIONÁRIOS PRESOS



Realizou-se no dia 3 de Fevereiro um Comício (no Pavilhão dos Desportos) de solidariedade com os antifascistas presos, exigindo a sua libertação imediata, promovido pelo **Comité para a Libertação dos Antifascistas e Revolucionários Presos**, que apesar de amplamente boicotado pelos órgãos da Informação amordaçados, contou com a presença de milhares de trabalhadores revolucionários.

Transcrevemos em seguida a intervenção do nosso camarada Nuno Teotónio Pereira neste mesmo comício:

No dia 25 de Novembro, forças militares contra-revolucionárias desencadearam um golpe militar meticulosamente preparado e meteram na prisão muitas dezenas de oficiais, sargentos, soldados, marinheiros e civis que sempre estiveram ao lado do povo na luta contra a exploração e a opressão, após o 25 de Abril. **Estes antifascistas e revolucionários que estão presos, ou que estão em liberdade condicional, não estão sós.**

Nós sabemos bem que não houve golpe nenhum de esquerda. Sabemos que os revolucionários, aqueles que lutam pela transformação da sociedade, não preparam golpes militares, porque a força das massas populares é a **única que poderá conseguir essa transformação**, destruindo os mecanismos da exploração e da opressão.

O golpe foi um golpe de direita, cuja preparação é até relatada pelos próprios autores em jornais reaccionários. As reuniões secretas, a instalação de um posto de comando clandestino no quartel dos Comandos, o controlo previamente preparado de toda a rede de informação, a infiltração de elementos fascistas nas unidades revolucionárias, tudo isso prova a origem do golpe.

Este golpe tinha um objectivo bem preciso: pôr um travão ao desenvolvimento do processo revolucionário, à crescente organização popular, à progressiva tomada de consciência das massas trabalhadoras, à destruição em curso do exército ao serviço da burguesia como instrumento de repressão sobre o povo. O objectivo imediato era este: recuperar esse instrumento de repressão, que permitisse à burguesia retomar o seu completo domínio sobre toda a sociedade, através do controlo da informação e de medidas repressivas que fizessem recuar o ascenso das massas populares. Esse objectivo pode justificar-se num só: anular o movimento de massas desencadeado após o 25 de Abril e restituir a este histórico momento da vida portuguesa o objectivo que lhe tinha sido marcado pela burguesia.

2-Poder Popular

Os direitistas que hoje dominam o aparelho militar reclamam-se do 25 de Abril: que eles o fizeram e que agora o estão a reconjuzir ao seu verdadeiro espírito. E isto pode confundir o povo, que sabe que os militares que estão presos também fizeram o 25 de Abril. E por isso é preciso esclarecer o povo menos informado.

Se tanto uns como outros fizeram o 25 de Abril, é preciso distinguir com que intenções o fizeram. Essas intenções eram contraditórias, como os acontecimentos posteriores vieram claramente provar. É que assim como havia um projecto revolucionário para o 25 de Abril, extraordinariamente enriquecido a seguir pelo movimento de massas, havia um projecto de direita para o 25 de Abril. Tal projecto era o projecto daqueles que fizeram agora o golpe de 25 de Novembro e tinham um conjunto de objectivos bem precisos:

Em primeiro lugar, pôr fim à guerra colonial, considerada irremediavelmente perdida, procurando instaurar uma via neocolonial que garantisse na medida do possível a manutenção da exploração dos povos das colónias. Em segundo lugar, possibilitar a modernização do capitalismo português, para a qual o decadente regime fascista constituía um obstáculo. Finalmente, instaurar um regime de fachada democrática, que permitisse continuar a exploração das classes trabalhadoras com métodos mais subtis e disfarçados...

A **movimentação popular deitou por terra este projecto**, que procurou impor-se sob diversas formas em condições sucessivas: golpe Palma Carlos, 28 de Setembro, 11 de Março. As conversações de Spínola com Nixon e Mobutu e os acordos de Alvor representam a face neocolonial de tal projecto.

É esse projecto tenebroso que os conspiradores e golpistas que estão hoje no Poder tentaram recuperar com o 25 de Novembro.

Quanto aos outros homens do 25 de Abril, os verdadeiros, aqueles que estão hoje presos, sabemos como procederam, como se puseram ao lado do povo em todas as ocasiões, como se dispuseram a aprender com ele, como se juntaram às suas lutas, à luta pelo direito de reunião, pelo direito à informação, pelo direito à habitação, pela organização do Poder Popular, pelo controlo do produto do seu trabalho, pela liberdade, pela democracia, pela independência nacional. Não se substituindo ao povo, mas sempre, sempre, ao lado do povo. Apoiando a luta dos trabalhadores do «República» e da «Rádio Renascença», participando nas assembleias Populares, acompanhando os trabalhadores rurais na execução da Reforma Agrária, apoiando as C.T.'s, as C.M.'s, os Conselhos de Aldeia.

A repressão é uma das armas fundamentais da burguesia para instaurar e manter a sua dominação de classe. Ela vem ao mesmo tempo que o congelamento dos salários, a alta dos preços, o controlo e a manipulação dos jornais, da rádio e da TV. Sem a repressão a burguesia é incapaz de defender o seu domínio. É por isso que a nossa luta contra a repressão tem que ser implacável: ela é uma frente fundamental da luta das massas populares. **Os antifascistas e revolucionários que estão presos em Custóias, Caxias ou Santarém estão em luta.** Eles não podem ficar sós nessa luta. É preciso que as classes trabalhadoras, todo o povo se una e se mobilize ao seu lado. Eles estão ao lado do povo. O povo tem que estar ao lado deles, pela sua libertação imediata e incondicional.

MANIFESTAÇÃO DIA 20

1. Detidos desde o 25 de Novembro, os militares revolucionários e antifascistas que derrubaram o fascismo, é o povo que hoje se sente sem um dos principais apoios, sem um dos seus principais aliados.

Prender o general Otelo, um dos principais responsáveis do 25 de Abril, é não só um insulto e uma provocação sem nome a todos os democratas e antifascistas, mas o grande passo para fazer regressar o País ao 24 de Abril de 74.

3. Tudo isto, só hoje é que é possível porque os soldados e marinheiros que se colocaram decididamente ao lado do povo foram encarcerados, saneados e injuriados, ao mesmo tempo que se libertavam os pides e fascistas e se colocavam reaccionários em postos de comando e se dava o primeiro passo no sentido de transformar as F.A. num corpo de mercenários. Perante isto, só nos resta um caminho:

Lutar decididamente pela libertação imediata e incondicional dos antifascistas e revolucionários presos

O CLARP, a cujo manifesto já aderiram entre outros, a AEPPI, o Movimento Cristãos para o Socialismo, os trabalhadores expulsos do Rádio Renascença de Lisboa, a Pró-FAPIR, Sindicatos (Rodoviários de Setúbal, Têxteis do Sul) e antifascistas, de várias tendências, considera que a luta pela libertação dos presos de 25 de Novembro é apenas uma parcela da luta geral do Povo português contra a repressão e o fascismo. O CLARP afirma muito claramente:

Lutar pela libertação dos antifascistas e revolucionários presos, é levantar as massas populares contra a repressão, é lutar contra o fascismo que nos ameaça cada vez mais; nesta luta é, afinal, o destino do Povo português que está em causa, se vacilarmos seremos esmagados e, por isso nela não há lugar para forma nenhuma de conciliação ou hesitação, que só têm aberto o caminho ao inimigo.

A reunião efectuada em 6/2/76 entre o CLARP e Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores de Vontade Popular, Sindicatos e organizações democráticas, lançou as bases de uma grande jornada de luta nas ruas, a realizar-se no próximo dia 20. Essa manifestação será preparada numa reunião definitiva, com todas as estruturas empenhadas na luta pela libertação dos presos de 25 de Novembro e que estejam de acordo com as propostas de luta do CLARP, reunião essa que se realizará no anfiteatro do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (Av. do Brasil), no próximo dia 12, quinta-feira, pelas 21h.

4. O CLARP apela a todos os trabalhadores e moradores para que comecem desde já a fazer propaganda, por todos os meios, da luta pela libertação dos presos antifascistas e revolucionários, que façam aprovar moções exigindo a sua libertação, que lutem dentro dos seus Sindicatos, CTs e CMs, para que esses organismos apoiem activamente a manifestação do dia 20, em suma, para que façam desta manifestação uma importante vitória do Povo sobre a repressão e o fascismo.

CONSTRUIR A UNIDADE DOS REVOLUCIONÁRIOS

O Movimento de Esquerda Socialista bateu-se em todas as fases do processo político iniciado em 25 de Abril de 1974 pela unidade da classe operária e do povo trabalhador na luta pela Revolução Socialista. Nos órgãos de Poder Popular como no movimento de massas em geral, a **posição do MES foi sempre a de procurar consolidar a unidade dos militantes anticapitalistas independentemente dos seus rótulos partidários**, combatendo o sectarismo e a intransigência grupuscular que muitas vezes prejudicaram o avanço da organização e da luta dos trabalhadores.

O combate pela unidade militante, pela unidade revolucionária a todos os níveis, teve sempre pela frente a difícil barreira suportada pelos reformistas cuja acção foi sistematicamente determinada pelos interesses de controlo estreito e burocrático do seu aparelho partidário sobre a organização das massas, controle que se articula com a sua linha política revisionista em que a negociação com a burguesia liberal, baseando-se na pressão efectuada em cada momento, passa pela utilização dos trabalhadores como massa de manobra.

O esquerdismo constitui também um obstáculo à unidade anticapitalista, em todas as fases do processo revolucionário. A utilização de um verbalismo estéril, a deliberada confusão entre inimigos e adversários, entre inimigos principais e secundários, não raras vezes causou profundos danos em lutas parciais da classe operária e na luta mais geral do povo trabalhador. **O avanço do processo, a radicalização da luta de classes e da luta política acabaram por mostrar claramente a natureza profundamente contra-revolucionária de alguns grupos «esquerdistas» que, em momentos fundamentais, alinharam com armas e bagagens ao lado das baterias da reacção capitalista.**

Se é verdade que na fase ascendente e ofensiva do processo revolucionário a unidade da classe operária e dos militantes anti-capitalistas era um

objectivo decisivo (que não tendo sido alcançado facilitou a recuperação burguesa), é também um facto que na actual fase, em que a reconstrução capitalista traz no seu seio a ameaça fascista, essa unidade é fundamental.

A resposta operária e popular à ofensiva burguesa exige o levantamento de uma frente de massas antifascista e anticapitalista, capaz de unir as massas populares na luta contra a exploração e a opressão, a repressão e a mentira institucionalizada, na defesa das conquistas do povo trabalhador, capaz de reorganizar e relançar o movimento de massas no combate consequente ao fascismo, ao capitalismo e ao imperialismo. O levantamento da frente de massas é uma tarefa decisiva mas difícil e para a qual a luta pela unidade na base (na fábrica, nos campos, nos locais de trabalho, nos quartéis, nas escolas, nos bairros) é uma componente imediata.

As eleições burguesas em perspectiva são também um campo em que a unidade revolucionária se deverá fazer sentir, constituindo um terreno em que o desenvolvimento do trabalho de levantamento da frente de massas se poderá desenvolver. Neste sentido, **o MES entende ser muito importante que as organizações revolucionárias encontrem a capacidade de trabalho comum e unitário capaz de permitir a utilização das eleições burguesas para desenvolver a resposta popular, reforçando a unidade revolucionária de base.**

O MES, que sairá reforçado e fortemente determinado para as tarefas de resistência popular da hora presente pela realização do seu II Congresso Nacional no próximo fim de semana, **bater-se-à a todos os níveis pela criação de condições favoráveis à unidade revolucionária, procurando actuar consequentemente de forma a que os contactos em curso entre algumas organizações anticapitalistas sejam bem sucedidas, para que a clara vontade de unidade sentida pelo nosso POVO encontre eco nos militantes de vanguarda.**

combatendo a ameaça fascista

lutando contra a recuperação capitalista

atacando a penetração imperialista

Carta de um leitor

1.º) «Estamos em Portugal a braços com dificuldades graves que excitam o nosso patriotismo e fazem apelo à nossa dedicação. O patriotismo impõe-nos certamente deveres de vária ordem, mas permittem-me um conselho: não ponhâmos no nosso espírito o escopo, aliás elevado, de salvar a Pátria; deixemos essa missão aos governantes auxiliados pela Providência.

Nós podemos todos fazer uma coisa muito mais simples e de muito maior alcance: trabalhemos o mais que pudermos, o melhor que pudermos...»

(Salazar: conferência a um grupo de operários de Coimbra — CF. «Escudos», ano VI, n.º 71, Março de 1928).

2.º) «... Acabem de vez as pressões de qualquer ordem sobre quem governa e o falso progressismo dos que iludem o Povo com inviáveis promessas de democracia directa. A única forma de o Povo ser soberano é a de respeitar o seu inalienável direito de livremente escolher os mais capazes para fazer as leis e para governar de acordo com elas. É essa também a única forma de ser livre.

Eis o facto que proponho ao País, nesta hora de reconciliação nacional: O Governo governa, os trabalhadores trabalham, as Forças Armadas vigiam, as instituições funcionam, a Revolução avança.»

Os governantes e os outros (citação de Salazar e Azevedo)

(Pinheiro de Azevedo em discurso de 28 de Novembro de 1975, no rescaldo do golpe da burguesia de 25 de Novembro)

Entre as muitas considerações que se podiam fazer acerca destes dois textos e das circunstâncias que os marcaram, fiquemo-nos, para já, com as notas seguintes:

a) Em ambos os casos, uma distinção clara entre os governantes e os governados. Escamoteando a questão da origem e do significado do poder político, pretendem apresentar o Estado (O Governo) como uma instituição supraclássista, árbitro neutral de um jogo «amistosos». Partindo da mesma ideia, de raiz corporativista, divergem apenas num aspecto secundário: para Salazar, as castas dirigentes governam porque para tal são «auxiliados pela Providência» (na Idade Média falava-se na «origem divina da autoridade...»); para Azevedo, os governantes são, simplesmente, «os mais capazes»... Assim, com pretextos religiosos ou de **salvação nacional**, vai a burguesia propondo/impondo os seus agentes mais qualificados, os ditadores...

b) Aos trabalhadores (pelos vistos, sem «capacidades» especiais para se dirigirem e dirigirem o conjunto da população...) resta-lhes exactamente a missão

de... trabalhar! (O «mais» e o «melhor» possível!)

Assim se pretende empurrar os trabalhadores para uma qualquer «batalha da produção» sem estar resolvido o problema-chave: produzir para quê? Ao serviço de quem?...

c) No fundo, a aceitação — indiscutível — de uma sociedade estratificada em classes, todas elas em suposta harmonia baseada num «pacto» para «salvar a Pátria»... Palavras bonitas que, se não são fruto da ignorância, revelam evidente má-fé e propósitos de mistificação.

d) Uma diferença (grande?): o que Salazar pedia em nome do «patriotismo», agora pede-se em nome da democracia e da liberdade (eleições: «única forma de o Povo ser soberano... e livre»)... Em nome da democracia e da liberdade, quantas traições ao Povo — até que o mesmo Povo dispense tantos desses «democratas» e tome nas mãos o seu destino...

e) «A Revolução avança» — conclui, eufórico com a descoberta, Pinheiro de Azevedo. Agradecemos que o sr. almirante nos dissesse de que «Revolução» se trata... Mas nem isso é preciso, porque o Povo trabalhador e os primidos saberão avançar com a sua Revolução, que pouco ou nada tem a ver com «azevedismos» e outros «revolucionários»...

Lutar pela unidade das classes e camadas capazes de se oporem à ofensiva burguesa e ao avanço do fascismo

Unir e organizar a resistência popular exige como tarefa fundamental unir o bloco social que lhe pode dar existência e força para vencer. Sem a unidade do proletariado, sem a unidade de vastos sectores dos trabalhadores proletarizados dos serviços, de parte do campesinato pobre e de significativas camadas da pequena burguesia com o proletariado na luta contra os aspectos decisivos da ofensiva burguesa (reconstrução do aparelho repressivo de Estado e da máquina de propaganda e resolução da crise económica e social à custa de todos os que trabalham e à custa da dependência quase total em relação ao imperialismo) e os seus efeitos sobre a própria existência das massas (degradação do nível de vida, intensificação da exploração, insegurança, fome, miséria e desemprego), sem que as várias lutas concretas e parcelares se unifiquem num amplo movimento social e político antifascista e anticapitalista, não será possível resistir à ofensiva burguesa nem relançar a ofensiva popular.

O movimento de resistência popular tem que ganhar a característica de movimento de massas, isto é, de resposta social e política dos explorados e oprimidos, de resposta que se baseie não apenas nos elementos mais activos mas na movimentação de amplas massas, de resposta que se baseie não apenas nos aspectos políticos estritos mas na contestação global, económica, social, política e ideológica da ofensiva que visa a reconstrução do poder burguês ameaçado, de resposta, enfim, que nasça dos locais onde a exploração, a opressão e a repressão e os efeitos da política burguesa antipopular se fazem sentir concretamente, os locais de trabalho, habitação e consumo colectivo, mas ganhe uma expressão global pela correcta articulação da luta económica com a luta política, da luta reivindicativa com a luta pelo poder.

O bloco social capaz de suportar a resistência popular na fase actual da luta no nosso país, não se confunde com o bloco histórico capaz de levar à vitória a revolução socialista. É um bloco necessariamente mais restrito, muito embora as forças reformistas e revisionistas no-lo apresentem como muito amplo pela ligação mecânica e linear entre o inimigo principal — as forças fascistas — e os seus oponentes (escamoteando que há várias camadas e fracções de classe que não estão ganhas para o campo da luta popular). Deste modo, tal como a resistência popular deve ser organizada sob a perspectiva do relançamento da ofensiva popular, ele deve ser consolidado na perspectiva do seu alargamento ao bloco histórico.

Unir um proletariado que a crise económica e social divide, um proletariado que, pela ausência de uma vanguarda revolucionária de classe, sofreu divisões importantes do ponto de vista económico, organizativo e ideológico, ao longo de muitos meses de luta, continua a ser, mais do que nunca, uma

tarefa essencial não só da luta revolucionária como da própria luta antifascista

A redução dos leques salariais por empresa e ramos de actividade não impediu o alargamento das diferenças salariais entre operários de ramos diferentes nem a consolidação de camadas economicamente privilegiadas no seio do proletariado, tal como a diferente combatividade e experiência de luta, juntamente com as diferentes repercussões da crise nos vários ramos e empresas, contribuiu para que existam diferenças apreciáveis no que diz respeito às condições de trabalho dos vários sectores do proletariado.

As diferenças na formação histórica do proletariado português, o processo menos amadurecido de formação da classe operária no Centro e Norte do País, onde está longe de ter cortado as amarras que a ligam ao campo (económica e ideologicamente), as experiências diversificadas de organização e luta da classe operária, nomeadamente a sua manutenção dentro dos quadros sindicais, para os sectores ligados aos ramos de produção e regiões mais atrasadas, um certo encerramento em si das lutas onde a afirmação do poder e a construção dos embriões da nova sociedade estavam presentes (controlo operário, Reforma Agrária) contribuíram para uma real divisão organizativa e ideológica (já que a consciência de classe se adquire fundamentalmente na luta) do proletariado.

Utilizar a riquíssima experiência de luta e organização dos últimos vinte meses para fazer dela património de toda a classe, para a transformar em memória anticapitalista é tarefa que não se pode desligar da luta pelas reivindicações que combatem a divisão económica da classe operária (salários, horários, etc.), da luta por uma resposta à crise económica capaz de impedir o isolamento das lutas e o estrangulamento da organização e combatividade operárias e da luta por uma efectiva ligação entre os explorados das cidades e dos campos (na base da construção da unidade entre o proletariado urbano e rural e da sua aliança com o campesinato pobre). Se, sem a unidade do proletariado a resistência popular não pode ganhar a força necessária nos locais decisivos, as fábricas e os campos, sem a conquista das outras classes e camadas sociais para o campo da luta popular, o proletariado será cercado e derrotado, o movimento de resistência popular não ganhará a dimensão social necessária à vitória e as forças burguesas terão um campo relativamente fértil para ganharem apoio social para a sua política de «ordem, disciplina e trabalho».

Uma política de unidade que despreze a necessidade da construção de um bloco social capaz de suportar a resistência popular enquanto movimento de luta social, enquanto movimento de massas, uma política de unidade que despreze a luta pela unidade do proletariado, a luta pelas suas

alianças no combate pelo socialismo, é uma política votada ao fracasso.

LUTAR PELA UNIDADE DOS REVOLUCIONÁRIOS

Na fase actual da luta de classes no nosso país, a unidade dos revolucionários é imprescindível. Só a unidade dos revolucionários pode dar sentido à luta pela unidade do movimento popular de massas e pela unidade do bloco social de resistência à ofensiva burguesa e ao avanço do fascismo.

Só a unidade dos revolucionários pode possibilitar a construção de uma frente de massas antifascista e anticapitalista, esta não se confundindo com aquela, mas dela dependendo a sua viabilidade e dinâmica, pois só a unidade dos revolucionários pode dar sentido à luta por uma direcção consequentemente antifascista e anticapitalista para o movimento popular de massas.

Unir os revolucionários pela base deve ser o cerne de uma correcta política de unidade revolucionária

Unir os revolucionários pela base não significa criar órgãos paralelos aos órgãos de massa, mas sim organizar segura e duradouramente a intervenção dos revolucionários, ganhar para as posições justas o maior número possível de elementos e, deste modo, defender e reforçar os próprios órgãos de massa.

Uma política de unidade revolucionária, que coloque na unidade de base o seu cerne, é o caminho seguro para a luta pela unidade de classe, a unidade que se faz em favor dos interesses históricos do proletariado revolucionário, no movimento de massas, a unidade que garante a hegemonia do proletariado no bloco social de resistência.

A unidade de base e unidade de classe constituem o aspecto decisivo da política de unidade que os comunistas devem defender nesta fase da luta de classes no nosso país. Política que de modo nenhum pode abrir as portas ao basismo e ao espontaneísmo e, por isso mesmo, deve considerar como objectivo central a necessidade de uma expressão política global dessa unidade de base e de classe, deve orientar-se pelo objectivo da construção da frente de massas antifascista e anticapitalista. Política que deve servir a luta mais geral pela autonomia ideológica, política e organizativa do proletariado, luta que se norteia pela construção do partido revolucionário da classe operária, pela unificação e organização da vanguarda de classe. Política que deve servir o combate, não sectário, mas sem tréguas, à social-democracia, ao reformismo e ao esquerdismo difundido e alargando as posições revolucionárias. Política que deve colocar os revolucionários na vanguarda da luta antifascista e anticapitalista, na vanguarda da resistência popular.

MILITARISMO E REPRESSÃO

1 — O Exército é o suporte último da dominação da burguesia. É a ele que a burguesia recorre sempre que estão esgotados os outros meios de repressão sobre o proletariado e as classes exploradas e oprimidas.

É com o Exército que a burguesia organiza e exerce a violência contra os explorados. É utilizando a violência dentro do próprio Exército que a burguesia consegue obrigar os trabalhadores a participarem nas guerras fuzilando outros trabalhadores. Esta utilização da violência dentro do próprio Exército traduz-se na rígida hierarquia, na unidade do comando, na disciplina militar, na obediência cega às ordens vindas de cima, nas pesadas penas por pequenos delitos, etc. Os Códigos Militares não são mais do que a concentração da «saboria» que a burguesia acumulou durante séculos de dominação na arte de reprimir a classe operária e o Povo para garantir a sua ditadura da classe. A todo este conjunto de normas que consagram e legitimam aos olhos das grandes massas o uso da violência ou dão cobertura à organização dos Corpos Armados Especiais damos o nome de **Militarismo**.

É portanto pela utilização do militarismo que a burguesia consegue por proletários a reprimir outros proletários.

Mas consegue ainda este objectivo retirando do processo produtivo os proletários que submete à sua organização militar — os soldados e marinheiros — separando-os dos seus irmãos de classe, trabalhadores da cidade, do campo ou do mar.

Dentro da organização militar submete os soldados a uma estrita posição de dependência da hierarquia em que cada classe está completamente compartimentada, isolada das outras, os praças dos sargentos e estes dos oficiais.

Ao dizer que o serviço militar é **geral e obrigatório** para todos tenta fazer crer que o seu Exército — o Exército burgues — não é um

exército de classe mas um exército de todas as classes, logo, acima dos interesses de cada classe.

Mas a burguesia cuida profundamente do seu exército. Para isso cria escolas — as Academias Militares — onde ensina os seus quadros, filhos da burguesia, a enquadrar devidamente os proletários armados — os soldados. E também produz a sua justificação ideológica, (defesa do interesse geral ou nacional, apatidarismo, apoliticidade) rodeando-os ao mesmo tempo de certos ritmos (continências, tropas em parada bem alinhadas, marchas em passo de ganso etc) e símbolos (os galões, dragonas, condecorações etc) que estão sempre presentes nas actividades lúdicas não só para o próprio corpo militar mas também para o público. As paradas militares transformadas em demonstrações de força são também modernamente associadas à ideologia tecnocrática (ou mais sofisticada) não deixando de ser um dos seus objectivos maiores mostrar a força dos que as utilizam.

Tudo isso favorece o surgimento de uma ideologia de casta — a «ética» da casta militar — que faz os seus membros sentir-se eleitos para uma actividade «nobre» e «sublime» a defesa da Pátria. É frequente ouvir-se dizer que a carreira de militar tem qualquer coisa de sacerdotal.

2 A agudização da luta de classes e os grandes avanços do Movimento Popular de massas colocando cada vez mais com precisão objectivos anticapitalistas (28 de Setembro e 11 de Março) definindo objectivos de classe imediatos e globais; apoiados na crise aberta no seio das Forças Armadas burguesas veio a determinar fortemente a organização e politização crescente do MFA e a existência no seu seio de tendências distintas.

A luta de classes instala-se assim no seio do MFA arrastando os soldados e marinheiros pa-

ra o lado dos seus camaradas explorados, mostrando como era necessário manter o Exército ligado ao Povo e preparando a defesa armada da sua luta de libertação.

Também os oficiais não foram poupados a esta aprendizagem. Ensinaram-lhes nos livros estudados na Academia Militar qual era o papel do Exército burgues. A luta dos trabalhadores e a luta das massas veio ensinar-lhes qual era o seu verdadeiro lugar e qual o papel que o Exército deve tomar para se transformar num Exército Popular e Revolucionário ao serviço da luta dos trabalhadores.

Assim, assistimos frequentemente a grandes lições que as massas em movimento e em luta davam a todo o corpo de um exército, soldados e oficiais que cada vez iam compreendendo melhor que o seu lugar era no seio do Povo, destruindo os mitos ancestrais que o obscurantismo fascista instalara nas populações, fundindo-se no curso da dinâmica revolucionária com as massas populares em luta; colocando o seu potencial humano e técnico ao serviço dos trabalhadores, ajudando a erguer as estruturas do Poder Popular, suporte organizado da longa luta de libertação que será necessário travar, defendendo assim, e só assim, se necessário for pela força das armas, o avanço irresistível dos trabalhadores para a conquista do Poder.

É riquíssima portanto a experiência recolhida no campo de luta anti-militarista ao longo do processo revolucionário iniciado com o 25 de Abril. Os soldados e marinheiros, representantes do proletariado e dos trabalhadores nas FFAA, os milicianos, sargentos e oficiais progressistas que souberam colocar-se ao lado das lutas emancipadoras dos trabalhadores em momentos decisivos, foram os principais elementos no ataque lançado ao exército burgues lançando as primeiras pedras da construção de um exército popular.



Esta experiência é um elemento precioso para a definição dos objectivos da luta do proletariado dentro dos quartéis.

3 — A tarefa central que se nos impõe neste momento é a luta pela criação dos órgãos representativos dos soldados.

Esses órgãos — as **Comissões de Soldados** — que eram a expressão do poder nascente dos trabalhadores dentro dos quartéis para serem representativos deverão ser eleitos democraticamente em Plenários de Unidade reunidos para o efeito.

Temos neste momento que enfrentar a forte opressão da burguesia dentro dos quartéis que nos vai dar uma luta sem tréguas pela mão da oficialagem fascista e reaccionária e dos sargentos esbirros e lacaios daqueles.

Há que travar ao mesmo tempo uma grande luta no plano ideológico e da propaganda para vencer o inimigo instalado dentro de nós próprios: o medo, a indecisão, a apatia, a ignorância, o derrotismo.

Para conseguir isso é

fundamental portanto, desenvolver uma luta contra a repressão que nos atinge sob todas as formas até conseguirmos ver reposto e reconhecido o direito de reunião e informação e discussão dentro dos quartéis.

Coloca-se hoje de novo na primeira linha do nosso combate anti-militarista a luta pelo fim das distinções nos barcos, salas, refeitórios, comida, só organizados em cada unidade e nos nossos números tornará numa força capaz de impor o fim do pré-de-miséria e os transportes gratuitos; só organizados em cada unidade poderemos lutar contra a opressão e humilhação a que somos de novo sujeitos em cada dia: o desempenho das tarefas de criados às ordens de oficiais e sujeitos aos seus caprichos (botas engraxadas, os botões da farda, o cabelo cortado, as formaturas por tudo e por nada, as continências aos superiores etc.)

Por isso a nossa tarefa principal, a tarefa dos soldados e marinheiros, sargentos e oficiais progressistas e revolucionários e a construção do

Exército Popular. Para isso é preciso:

— lutar, com um exército ao lado dos trabalhadores, ligado ao Povo e preparando a defesa armada da sua luta de libertação, ajudando na construção do Poder Popular.

— lutar, com todas as suas forças, impedir por todos os meios ao seu alcance, que a burguesia consiga pôr de pé o Exército profissional que será a sua peça fundamental para a repressão sobre os trabalhadores.

— lutar contra a ofensiva da burguesia dentro dos quartéis, e a oficialagem reaccionária, contra o militarismo e as tentativas de os utilizarem na repressão sobre trabalhadores que lutam pela sua manutenção das suas conquistas (Reforma Agrária, Controle Operário da Produção, Liberdades Democráticas). Aos soldados e marinheiros cabe o papel decisivo e fundamental de voltar a erguer um forte movimento de soldados e marinheiros, ponta de lança do Movimento Popular, e força organizada dos trabalhadores dentro dos quartéis.

No seio do movimento operário português existem fundamentalmente duas posições divergentes (contraditórias) com o programa da Revolução Socialista:

1. a) A posição do PCP, de natureza reformista e inspirada pelas concepções do revisionismo, que defende o programa da «Revolução Democrática Nacional».

2. a) A posição dos «m-l», aparentemente esquerdista mas de natureza objectivamente reformista, inspirada em concepções também revisionistas, que defende o programa da «Revolução Democrática e Popular».

Revolução Democrática e Nacional

a) Alianças de classe do proletariado

Tomando como ponto de partida o período do fascismo e a forma como este processo da dominação da burguesia era (e é) encarado pelos reformistas, ou seja, o poder dos monopólios e dos latifúndios não como uma fase inerente ao desenvolvimento capitalista em Portugal, mas como maquiavelismo de um punhado de monopolistas e latifundiários, o PCP definiu como base essencial do combate ao fascismo a aliança entre todas as classes e camadas sociais não-monopolistas, com vista ao estabelecimento de um regime democrático no seio do qual a classe operária ganharia a capacidade para impor pacificamente a passagem ao socialismo. Assim, eram (e são) definidas como aliadas do proletariado as classes e camadas sociais que vão desde os camponeses pobres à média burguesia industrial e agrária (inclusive). Este sistema de alianças de classe do proletariado assenta na ilusão de que existe uma fase democrática em que a libertação das forças produtivas permite o fortalecimento da classe operária em termos de passar a dirigir politicamente as fases do processo «rumo ao socialismo». Diz-se

b) Os instrumentos e a forma como os reformistas materializam as alianças de classe do proletariado.

A estratégia reformista assenta na separação da luta económica da luta política dos trabalhadores. Reduzindo a luta política à defesa das liberdades democráticas, o reformismo subordinava por forma a restrin-

gi-la ao acompanhamento do custo de vida pelos salários, escamoteando, assim, as tarefas centrais da luta pelo controlo operário. Para garantir que efectivamente a luta reivindicativa não põe em causa a estreiteza da defesa das liberdades democráticas, o reformismo, ao mesmo tempo que tenta controlar burocraticamente todo o movimento sindical, é levado a combater todas as expressões do poder popular que põem em causa a sua tática. Trata-se de tentar assegurar através dos mecanismos tradicionais de organização e enquadramento das massas, o partido e os sindicatos, a coesão organizativa entre os trabalhadores que permita estabelecer a ligação a outras organizações, como as ligas de pequenos e médios agricultores e também as associações de industriais não monopolistas.

As fortes expressões de poder popular que vivemos entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro de 75, resultantes de uma correcta articulação entre fábrica-bairro e campo-aldeia e destes com algumas unidades militares, criaram situações objectivas de identificação da luta económica com a luta política que colocaram à política reformista não

só fortes obstáculos no domínio da sua política sindical como também pontos de rutura nas alianças de classe do proletariado por ela definidas e, portanto, a necessidade de combater as organizações de massas surgidas à margem das organizações tradicionais, ou seja, os órgãos de poder popular.

Toda a problemática resultante da ligação dos problemas irresolúveis no trabalho ao local de habitação e de dispêndio dos tempos livres colocam problemas irresolúveis no âmbito da estreita defesa das liberdades democráticas e do seu alargamento que, em si, não são anticapitalistas. O combate aos órgãos de poder popular, necessariamente levado a cabo pelos reformistas até ao momento em que o poder foi obrigado a reconhecer-los de algum modo (aprovação na Assembleia do MFA do plano-guia Povo-MFA transformou-se em tentativa de os transformar em apêndices do aparelho sindical, por um lado, e do aparelho administrativo, por outro. É o caso da tentativa de subordinação das comissões de trabalhadores aos sindicatos e das comissões de moradores às juntas de freguesia.

Toda esta estratégia e

REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

Unico programa justo para a luta do proletariado português

Revolução Democrática e Popular

a) As alianças de classe do proletariado

A aliança de classe do proletariado sobre a qual assenta toda a estratégia da «Revolução De-

mocrática e Popular» é a aliança «operário-camponesa». Esta aliança, que se estende até à média burguesia agrária tem, no entanto, o seu

pólo fundamental no semi-proletariado rural e no campesinato pobre, razão pela qual a palavra de ordem usada para a Reforma Agrária é «a terra a quem a trabalha». Num país como o nosso

em que as relações de produção capitalista são quase exclusivas no contexto das relações sociais, em que, portanto, os camponeses têm um peso numérico relativamente reduzido, substituir o grande objectivo de colectivização da terra pelo objectivo da sua divisão e posse individual é colocar o proleta-



riado agrícola e, consequentemente, a classe operária a reboque da ideologia pequeno-burguesa da propriedade privada.

Tomar a «aliança operário-camponesa» como aliança de classe quase exclusiva do proletariado é, para além de menosprezar camadas sociais que o desenvolvimento capitalista gerou e vai atirando para a órbita do proletariado, transpor mecanicamente para a formação social portuguesa uma aliança que formações sociais estruturalmente diferentes justificaram e a história provou ser correcta (veja-se a Rússia e a China, por ex.). A aliança operário-camponesa é uma das alianças necessárias à luta pelo programa da Revolução Socialista, particularmente se tivermos em atenção a estrutura da propriedade no Norte e Centro, mas não deve nunca por em causa o objectivo central da Reforma Agrária, que

é a colectivização da terra, traduzido na palavra de ordem a terra a quem trabalha, ou seja, propriedade colectiva de todos os trabalhadores e não de cada um (ou grupo) em particular. A afirmação deste objectivo não significa de modo nenhum que, localmente, e do ponto de vista tático, a sua aplicação não seja gradual. Ao reivindicarem para si a «aliança operário-camponesa» e denunciarem o seu abandono pelo PCP, os «M-L» procuram colocar-se na posição do «anti-fascismo consequente» não necessariamente socialista, como demonstraremos adiante.

b) Os instrumentos e a forma como os «m-l» ensaiam a materialização da «aliança operário-camponesa»

No que respeita à forma como concebem a relação entre o «partido», os sindicatos e os órgãos populares (para nós órgãos de Poder Popular, para eles «órgãos de vontade» popular), no es-

sencial, nada diferem dos reformistas. Para além de se limitarem a fazer uma articulação sumária entre a luta económica e a luta política, ou seja, articularem o radicalismo económico com o defensismo político, e portanto procurarem mobilizar o máximo de trabalhadores apenas pelo aumento de salários e redução do horário de trabalho para os submeter a objectivos políticos democráticos e recuados, só a sua reduzida expressão de massa e o controle reformista sobre os sindicatos os leva a considerar a organização popular apenas como meio de penetração em sectores de trabalhadores que, de outro modo, lhe estariam vedados à partida. Assim se explica que sistematicamente procurem fazer passar as estruturas partidárias de coordenação de militantes nos órgãos de Poder Popular por organizações de massa com uma representatividade mínima. Não devemos defender a

ausência de direcção política desses órgãos, devemos sim combater intransigentemente todas as tentativas de controle burocrático que, subjectivamente, significam desprezo pela iniciativa criadora das massas e pela autonomia relativa de suas próprias organizações e, objectivamente, desmobilizam e dividem os trabalhadores numa das instâncias privilegiadas para realizar a sua unidade e lançar as bases de uma frente unida dos trabalhadores.

c) O aparelho de Estado da burguesia e o novo poder de Estado

Pela concepção que têm de partido e da sua relação com as massas e suas organizações, embora defendam a rutura com o aparelho de Estado da burguesia, os «m-l» não a definem pois estão presos nas malhas da contradição entre a negação da necessidade de substituir o aparelho de Estado da burguesia a partir do Poder Popular e da sua expressão organizada, e a afirmação de princípio da necessidade da sua destruição, o que o partido não pode fazer por si só e substituir.

A ditadura do proletariado, que para nós significa a fase decisiva da organização do Poder Popular e da sua transformação em poder democrático do proletariado, sob a direcção do seu partido, é para os «m-l» fundamentalmente a afirmação do «partido» ao nível do novo aparelho de Estado.

O Programa da «Revolução Democrática e Popular» visa instaurar o poder dos operários e camponeses, a «ditadura democrática dos operários e camponeses». Este poder visa, através de transformações democráticas, desenvolver e fortalecer a classe operária pelo desenvolvi-

mento industrial acelerado e aprofundar a sua aliança com o campesinato para assim criar as condições à tomada do poder político e à instauração da ditadura do proletariado.

Duas questões urge colocar de imediato. A primeira é que a natureza deste poder é pequeno-burguês e não proletário. A segunda, é que no quadro da formação social portuguesa só um poder de natureza proletária pode realizar transformações socialistas e só estas permitem o aprofundamento das alianças de classe necessárias ao proletariado para tomar o poder político e instaurar a sua ditadura.

A essência reformista do programa da «Revolução Democrática e Popular» reside precisamente no facto de apontar como objectivo uma instituição de poder de natureza pequeno-burguesa que, limitado a fazer transformações democráticas, não abre condições para a instauração da ditadura do proletariado, pelo contrário, abre caminho à restauração do capitalismo.

Ao definirem como objectivo central o combate ao fascismo e a defesa das liberdades para o Povo, os «m-l» voltam a ficar presos na contradição que se define entre a negação de alianças com a burguesia, que por terem sido objectivamente possíveis temporariamente viabilizaram também temporariamente o projecto de «Revolução Democrática e Nacional» do PCP, e uma prática interclassista com sectores pequeno-burgueses (campesinato) que impede o proletariado de consolidar a sua unidade e a sua autonomia política e organizativa e trazer para o seu lado todas as camadas sociais suas aliadas.

respectiva tática, para além das características apontadas, tem subjacente a concepção de que só os sindicatos são as organizações de massa dos trabalhadores e só o partido a sua organização política. Despreza-se, assim, o papel da iniciativa própria das massas e da sua organização em termos de poder popular, com o que isso representa de articulação objectiva entre os diversos domínios que permitem, ao nível do movimento de massas e da sua organização, a contestação global do sistema capitalista.

É o desprezo pelos «soviéticos», a redução das organizações de massa à luta económica e a confusão do partido de classe operária com um compartimento estante onde reside toda a consciencia, desprovenido-se do seu verdadeiro significado que é o de expressão superior da autonomia política e organizativa do proletariado e do seu papel dirigente.

c) O aparelho de Estado da burguesia e o poder de Estado que os reformistas pretendem erger.

Decorre directamente das considerações anteriores que a posição dos

reformistas face ao aparelho de Estado da burguesia é, não a sua destruição, mas sim a sua ocupação pelo «partido» que, assim, cria progressiva e pacificamente «as condições para que a classe operária, por ele representada, venha a adquirir o controle de toda a sociedade». Este processo decorre da instauração de um poder de Estado em que participam os sectores da burguesia não monopolista, através dos seus partidos, que permite o verdadeiro desenvolvimento (capitalista) no seio do qual o crescimento e concentração da classe operária a colocam «naturalmente» em posição de dirigir as fases subsequentes «rumo ao socialismo».

Toda esta estratégia e

A experiência revolucionária que vivemos, abruptamente interrompida em 25 de Novembro último, permite-nos retirar precisas conclusões sobre o programa da «Revolução Democrática e Nacional» que os reformistas defendem.

A aplicação desta estratégia, que efectivamente se verificou, teve como base objectiva o facto de haver sectores da burguesia interessados na queda do fascismo, com os quais era, portanto, possível fazer alianças, e como base subjectiva «a confiança que as massas adquiriram no PCP ao longo do seu processo de afirmação como única força capaz de combater o fascismo com grande eficácia».

O desenvolvimento do processo aberto em 25 de Abril, cujas características já foram por nós analisadas, para além dos momentos em que a correlação de forças ao nível político-militar permitiu ao PCP fazer passar gato por lebre, ou seja radicalismo tático (golpismo aventureiro) por ofensiva estratégica para além do seu próprio programa, pela forma como foi interrompido em 25 de

Novembro, permite-nos concluir que não só a classe operária e os trabalhadores foram derrotados parcialmente, como também ficou demonstrado pela experiência a incorrecção e a inviabilidade do próprio projecto reformista de «Revolução Democrática e Nacional»

como etapa para o socialismo. Com a derrota deste projecto ficaram criadas condições objectivas e também subjectivas para uma denúncia qualitativamente mais eficaz do PCP e do reformismo, o que nos obriga a colocar como tarefa central e imediata a construção da vanguarda de classe, o partido revolucionário da classe operária.

Sobre a "aliança

1

Um dos produtos mais típicos do capitalismo é a separação entre a cidade e o campo e as contradições daí resultantes. É por isso que a luta para quebrar a divisão entre os trabalhadores do campo e os trabalhadores da cidade se insere como aspecto da maior importância na luta anticapitalista. E esta questão assume relevo tanto maior quanto mais elevado é o peso dos trabalhadores ligados à agricultura. Em Portugal este peso, apesar da sensível diminuição que tem registado, é ainda grande. Assim, a população activa agrícola representava, em 1970, 30 por cento da população activa total, depois de ter representado 38 por cento, em 1960. Na actualidade certamente é menor, mas não deve ter baixado para lá dos 25 por cento.

Daqui resulta que, no nosso país, a integração dos trabalhadores do campo no processo revolucionário, em ligação à classe operária e sob a direcção desta, é uma questão vital da luta pelo Socialismo.

2

Estes trabalhadores não constituem, porém, um conjunto homogéneo. Enquanto uns dispõem da sua força de trabalho como assalariados, outros o fazem por sua conta, em terra própria ou arrendada, utilizando meios de trabalho de que são proprietários. Deste modo, repartem-se por duas classes distintas: o **proletariado rural** e o **campesinato pobre**. Mas há ainda a considerar uma situação frequente no campo, que é a daqueles que não dispõem de terra nem de meios de trabalho suficientes para viver da produção independente são obrigados a trabalhar como assalariados uma parte do tempo

para poderem subsistir. Constituem aquilo que se designa por **semiproletariado rural**.

O proletariado rural, cujo número ultrapassa os 300 000, representa a classe de maior peso quantitativo nos campos. É necessário ter presente, no entanto, que a maioria destes assalariados se situa nas zonas da pequena propriedade, onde domina o campesinato pobre e a média burguesia agrária, sendo menos de metade aqueles que trabalham nas zonas onde dominam as relações de produção capitalistas (distritos de Santarém, Setúbal, Évora e Beja). Segue-se o campesinato pobre cujo quantitativo é da ordem dos trezentos mil, que se situa em esmagadora maioria nas zonas do Norte e centro do País, com marcado destaque para a primeira. O semiproletariado rural cifra-se em cerca de 130 mil.

3

A diferenciação por classes sociais distintas dos trabalhadores do campo implica que a sua ligação ao proletariado industrial não assumam aspectos identicos. Assim, não é legítimo qualificar a ligação entre proletariado rural e proletariado urbano como uma aliança de classes. Trata-se antes de uma questão de unidade de classe.

A questão da aliança resume-se, pois, unicamente à ligação do campesinato pobre e, em medida diferente, do semiproletariado rural ao proletariado urbano e também ao proletariado rural.

Convém observar que o problema não é de ordem formal, que não se trata de rigorosismos teóricos. É que uma coisa é a ligação entre dois grupos de trabalhadores que se acham em posição idêntica no processo de produção (ambos vivem da venda da sua força de trabalho, ambos estão directamente sujeitos

à exploração capitalista); outra, muito diferente, e muito mais difícil, é a ligação entre os operários e os trabalhadores que vivem da produção independente. A demonstrar que assim é, está o processo da luta de classes após o 25 de Abril. Com efeito, se a convergência de interesses e a unidade na luta entre o proletariado urbano e proletariado rural do Sul se manifestam claramente ao longo do processo revolucionário, aconteceu o inverso no que respeita às relações entre o proletariado e o campesinato pobre.

4

A UNIDADE DO PROLETARIADO URBANO COM O PROLETARIADO RURAL

4.1

O facto de a ligação entre o proletariado urbano e o proletariado rural ser um problema de unidade e não de aliança não deixa por isso de envolver dificuldades de diversa natureza e algumas delas apreciáveis. Na verdade, se a unidade do proletariado industrial não é algo de adquirido naturalmente, visto a classe operária não constituir um todo homogéneo, e antes se encontrar dividida em camadas diferentes (divisão esta que é decorrente de sistema capitalista e explorada pela burguesia), a unidade do proletariado industrial com os assalariados agrícolas muito menos se acha ou pode ser adquirida espontaneamente e, pelo contrário, pressupõe e exige uma actuação política correcta e perseverante por parte da classe operária.

4.2

Há que ver, em primeiro lugar, que as diferenças entre a natureza

4.3

Depois, há que ter presente a **diversidade de situações existentes no seio dos assalariados agrícolas**. Em Portugal, devem ser consideradas duas camadas distintas neste grupo social.

a) a primeira constituída pelos **assalariados que trabalham em explorações agrícolas de pequena e média dimensão**, onde quase sempre se pratica uma agricultura atrasada e nas quais o patrão, muitas vezes, trabalha ao lado dos assalariados realizando tarefas semelhantes às destes. Estes assalariados representam a maioria do proletariado rural e situam-se predominantemente no Norte e centro do País, ou seja, nas zonas onde domina o campesinato pobre. Muitos deles possuem uma exigua parcela de terreno própria (arrendada ou cedida pela entidade patronal), o que, no entanto, não lhes retira

o carácter de proletários, pois a esmagadora parte do seu rendimento provém da venda da força de trabalho. Esta circunstância, e o facto de viverem dispersos, junto aos camponeses pobres e em condições idênticas a estes, determinam que tenham dificuldades em assumir posições coerentes com a sua situação de proletários, tendo tendência para se deixar arrastar para as posições pequeno-burguesas do campesinato pobre.

b) Há considerar em seguida os **assalariados que vivem nas zonas de grande propriedade, onde dominam as relações de produção capitalistas**. Entre estes ainda se podem detectar diferenças importantes, como sejam:

— os permanentes (em número muito reduzido) e os eventuais;

— os ligados a explorações agrícolas que praticam uma agricultura moderna e intensiva (e são dirigidos por uma



operário-camponesa"

burguesia agrária de mentalidade tipicamente capitalista) e os ligados aos latifundiários retrógrados que praticam uma agricultura atrasada, vivem na sua maioria na cidade e transferem para outros sectores os rendimentos obtidos na agricultura. Obviamente que, com o avanço da Reforma Agrária, hoje, já não é esta a situação de largo número de trabalhadores.

4.4

A unidade de cada uma destas camadas do proletariado rural com o proletariado urbano assume aspectos muito diferentes e apresenta um grau de complexidade muito diverso.

Assim, no que respeita à segunda, a unidade não oferece grandes dificuldades e tem sido conseguida em grande medida. Para isto contribuiu não só circunstâncias objectivas (práticas de trabalho em grupo destes assalariados, o facto de não possuírem qualquer parcela de terra e esta situação ser já antiga, etc.) como as tradições de luta do proletariado rural alentejano e os laços antigos de ligação ao proletariado da região de Lisboa. Deve salientar-se, contudo, que o desenvolvimento e aprofundamento deste processo de unidade exige que a classe operária saiba enfrentar o problema da separação cidade/campo, quanto mais não seja avançando com firmeza na multiplicação de experiências de ligação directa dos trabalhadores da cidade e dos trabalhadores do campo.

Relativamente à primeira camada de assalariados agrícolas, importa reconhecer as pesadas dificuldades em conseguir a sua unidade com o proletariado industrial. Trata-se de uma questão que se prende com a da aliança entre o proletariado e o campesinato pobre e que só conjuntamente com esta se poderá resolver. Estes assalariados agrícolas devem ser chamados a assumir papel de destaque

na tática que a classe operária tem de utilizar para ganhar o campesinato pobre para o seu lado, pois será mais fácil de chegar a eles do que aos pequenos agricultores.

O que se acaba de dizer vale também e por maioria de razão, para o semiproletariado rural.

5

A ALIANÇA DA CLASSE OPERÁRIA COM O CAMPESINATO POBRE

5.1

Num país como Portugal, a unidade de classe entre proletariado urbano e proletariado rural não é suficiente para o triunfo do socialismo.

Para derrubar a burguesia do poder e lançar-se na construção do socialismo, a classe operária tem de conquistar para o campo da luta anticapitalista o campesinato pobre.

A necessidade da aliança com o campesinato pobre não resulta apenas do peso numérico deste grupo social mas, também e principalmente, do seguinte:

a) Os camponeses pobres contribuem em elevada percentagem para a produção agrícola nacional e tem mais possibilidades de, quando devidamente apoiados, estimulados e orientados, aumentarem rapidamente tal contributo. Ora, como o desenvolvimento económico em Portugal pressupõe sobretudo, se virado para a satisfação das necessidades dos trabalhadores e não para a obtenção do lucro, um forte e pronto crescimento da produção agrícola seria desastroso não integrar o campesinato pobre no processo revolucionário;

b) Da aliança do proletariado urbano com o campesinato pobre depende, como atrás se fri-

sou, a unidade entre os assalariados agrícolas que trabalham nas zonas da pequena e média propriedade e o semiproletariado rural, que também se situa em grande parte nessas zonas, e a classe operária.

5.2

Deste modo, os máximos esforços são de desenvolver e a mais hábil tática é de utilizar pela classe operária para tornar realidade a sua aliança ao campesinato pobre. Todos os esforços e a habilidade são necessários atendendo a que esta aliança é objectivamente difícil de concretizar. Não porque o campesinato pobre disfrute de qualquer situação privilegiada ou tenha mais possibilidades de ver a sua existência melhorada, continuando Portugal a viver em regime capitalista. Pelo contrário, esta classe tem sido duramente oprimida pela burguesia e pelos proprietários fundiários e é das que mais fortemente tem sido sacrificada pelo desenvolvimento capitalis-

ta. Para além das miseráveis condições de vida a que os camponeses pobres se acham sujeitos, são expulsos aos milhas das suas terras e das suas casas para a cidade, onde os espera o bairro de lata e a ida para o estrangeiro.

A dificuldade de ligar esta classe à luta do proletariado deriva em primeiro lugar do facto de as condições objectivas do trabalho (propriedade privada dos instrumentos de produção e frequentemente da terra, realização do trabalho de modo isolado e independente) gerar nos camponeses pobre o individualismo e o egoísmo, valores que as classes dominantes utilizam e reforçam ao máximo nestes trabalhadores. Deriva em segundo lugar, da influência que sobre eles exercem os caciques e a Igreja, que desempenham um papel de fundamental importância na subjugação dos camponeses. Sobre o poder do caciquismo e as formas que este reveste muito haveria a dizer. É que o

cacique não é um mero agente de enquadramento ideológico (não é apenas aquele que «envenena» e engana o campones) mas é sobretudo aquele que domina o campones através de mecanismos económicos. É o intermediário que passa nas aldeias a comprar e a vender os produtos, ou que o faz na loja da aldeia ou vila, é aquele que faz o «favon» de emprestar dinheiro a juros exorbitantes, é o que arrenda terras ou aluga máquinas, etc.

A estes dois factores que dificultam a aliança do campesinato pobre com o proletariado acresce um outro de grande importância que tem a ver com a contradição cidade/campo gerada pelo capitalismo. O campones sente-se, e na realidade está, subjugado à cidade, o que o leva a sentir desconfiança e animosidade para com esta e com quem lá vive. Vende os seus produtos para a cidade a preços baixos, compra os produtos que vem da cidade a preços elevados.

5.3

A concretização desta aliança operário-camponesa exige portanto que a classe operária saiba agir em tres frentes:

a) ligação directa da cidade ao campo, o que implica o ataque aos intermediários e a criação de novas formas de colocar no campo os produtos da fábrica e de trazer para a cidade e aí distribuir os produtos do campo.

b) ofensiva contra o caciquismo, a qual terá de ser realizada simultaneamente no plano económico e no plano político e ideológico.

c) Incentivo à criação de formas colectivas de organização da produção através de uma via progressiva (começar por determinadas operações e caminhar até à exploração em comum da terra) assente na persuasão, único modelo de extirpar o individualismo e o egoísmo, ou seja de assentar em base sólidas a imprescindível revolução cultural nos campos.



MOLAFLEX — contra os patrões e o Ministério

A luta dos trabalhadores da Molaflex já vem de muito antes do 25 de Abril. Em 1973 em pleno regime de terror fascista, os estofadores da fábrica 2, não aguentando mais com os salários que lhes pagavam, paralisaram durante uma hora em sinal de protesto. **A repressão sobre os principais responsáveis foi, como não podia deixar de ser, severa e injusta.** Alguns trabalhadores despedidos e outros castigados, foi a resposta que a administração deu aos anseios e necessidades dos operários. Com a queda do regime de terror fascista, que tanto do agrado era dos principais dirigentes desta empresa, basta apontar entre tantos o facto da visita do presidente Tomás condecorando o presidente do conselho de administração Rui Moreira com uma comenda e o director e hoje também administrador da associada Gametal, Eduardo Costa com uma medalha de mérito industrial, os **trabalhadores logo começaram a sua luta.** Foi eleita uma comissão de trabalhadores. Foram readmitidos trabalhadores despedidos. A greve da pelos estofadores foi ganha totalmente. A tentativa de despedimento de 75 trabalhadores foi barrada pela unidade dos trabalhadores. Foi então que vendo e sentindo que a comissão de trabalhadores não era conciliatória, alguns la-

caios da administração começaram um processo de divisão e ao mesmo tempo de contestação da comissão de trabalhadores. Eleita outra, esta já mais favorável à conciliação com os patrões, os trabalhadores encetaram lutas à margem da dita comissão. Quando das manifestações para a saída da Portaria de regulamentação do Trabalho decretada pelo V Governo e que o Ministério do Trabalho demorava em pôr cá fora, algumas centenas de metalúrgicos da Molaflex, mesmo contra as directivas da comissão de trabalhadores veio para a rua manifestar-se. Publicada a Portaria e perante a recusa da administração em aplicá-la à empresa com o fundamento de que iria à ruína, os trabalhadores pararam parcialmente no passado dia 4 de Dezembro e mantiveram dois administradores nas oficinas até à noite. Alguém chamou então a GNR e as Forças Armadas com o pretexto de que os administradores estavam sequestrados. Perante a força dos operários e a razão da sua luta as forças repressivas retiraram não chegando a actuar. Mas o problema arastava-se sem que fosse obtida satisfação.

A administração convocou um plenário ao qual não compareceram os operários metalúrgicos onde foi aprovado um voto de confiança à administração. Com base nesse voto a adminis-

tração fez aumentos que nem sequer chegaram ao montante que determinava a tabela I da Portaria, quando os trabalhadores desta empresa tem direito à tabela II. Perante este facto e ainda devido ao descontentamento que originou a reclassificação de pessoal, **os trabalhadores resolveram paralisar a partir de segunda-feira dia 2. Esta paralisação foi logo seguida pela maioria esmagadora dos trabalhadores a que aderiu também a Gametal, empresa na qual a Molaflex detém 50 por cento do capital. Apesar de apelidada de greve selvagem pela administração, os trabalhadores mantêm-se firmes e dispostos a levar a sua luta até ao fim.** Iniciadas as negociações entre a entidade patronal e os delegados sindicais com o apoio dos sindicatos operários, já que os delegados sindicais dos empregados de escritório mantem a decisão de não aderir à luta mantendo o ponto de vista da administração, os trabalhadores verificaram que a entidade patronal não está disposta a negociar coisa nenhuma. Esta sua recusa os trabalhadores já o perceberam, mantêm-se porque **eles sentem que o Governo e o Ministério do Trabalho já não apoiam a luta dos trabalhadores portugueses.**

Mas contra essa recusa os trabalhadores tem sabido manter uma unidade e coesão admi-

ráveis. Também os órgãos de Informação não tem divulgado a sua luta convenientemente o como seria de desejar. A Rádio Renascença do Norte mandou um elemento entrevistar um administrador, mas os trabalhadores atentos descobriram o jogo e obrigaram esse entrevistador a fazer um comunicado pelo telefone à sua frente, sem o qual não sairia da fábrica inteiro. A paralisação já dura há uma semana. Os trabalhadores mantêm-se firmes. A sua luta é heróica e decidida tendo em conta o meio

em que se desenvolveu. Seja qual for o fim que venha a ter uma coisa é certa, os operários descobriram de uma vez para sempre quem está com eles e quem está contra. Descobriram que não podem viver com os salários miseráveis que lhes dão por esmola e que terão que fazer lutas cada vez mais avançadas até à destruição do regime capitalista, fonte de todas as suas misérias.

O Movimento de Esquerda Socialista e o Poder Popular saudam fraternalmente todos os tra-

balhadores da Molaflex e Gametal em luta, com a certeza de que os militantes, aderentes e simpatizantes do MES empenhados na luta como trabalhadores que são, saberão dar tudo por tudo para que a classe operária e os trabalhadores vençam definitivamente

**EM FRENTE PELA DESTRUIÇÃO DO CAPITALISMO
VIVA A CLASSE OPERÁRIA
VIVA O SOCIALISMO
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS**



Previdência — uma frente de luta

Um grupo de trabalhadores do MES de várias Instituições de Previdência vem manifestar publicamente o seu repúdio pela medida governamental claramente antipopular de extinção do Conselho Coordenador da Previdência e da respectiva Comissão Executiva, os quais representavam uma inequívoca conquista dos trabalhadores, no pós 25 de Abril.

Pretende, ainda, este grupo alertar os trabalhadores do País para mais outra **manobra cupulista, demagógica e anti-socialista do Governo**, entregando-a nas mãos de antigos mandarinistas fascistas vestidos agora com as roupagens da social-democracia e cuja «competência fascista» não pode certamente servir os interesses do povo português.

Também não se pode deixar de acusar a justificação inventada pelo Governo para estatizar a Previdência — dívida de Previdência ao Estado — como pura falsidade, pois a dívida do Estado à Previdência (15 milhões de contos) que remonta ao tempo do fascismo, é de longe superior à dívida do patronato para com a Previdência (5 milhões de contos).

E, claramente, que não interessa ao povo português que seja o Governo a exigir do patronato

o pagamento da sua dívida oferecendo-lhe contrapartida, isto é, fazendo-lhe concessões.

Pergunta-se:

A quem interessa a estatização da Previdência numa altura em que o Governo volta a entregar as empresas, que dificilmente se mantiveram em autogestão após a fuga dos senhores capitalistas para o Brasil, a esses mesmos senhores que lançam no desemprego os trabalhadores progressistas que aguentaram a crise económica das empresas durante a sua ausência?

A quem interessa a estatização da Previdência quando o capital é recuperado e a gestão do dinheiro dos trabalhadores que financiam a Previdência passa para as mãos dos servidores do capital?

Certamente que não é ao povo português!
**DESMASCAREMOS AS MANOBRAS DO CAPITAL!
DESMASCAREMOS A SOCIAL-DEMOCRACIA, CLARAMENTE ANTIPOPULAR E DEMAGÓGICA!
EM FRENTE PELA UNIDADE E ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA E POPULAR!**

TRABALHADORES DO MES DA PREVIDÊNCIA

TAP—Manifesto aos trabalhadores

Com o 25 de Novembro consumou-se o que as forças de direita há muito vinham pretendendo: o afastamento, dos órgãos do poder militar, dos oficiais revolucionários. Abriu-se, deste modo, a porta para o aniquilamento das estruturas democráticas que existiam nas FA, e consequentemente para a recuperação do aparelho militar para a protecção dos interesses de quem sempre estiveram dependentes: da grande burguesia, do colonialismo e do fascismo.

A situação é hoje tão clara que mesmo os mais moderados são obrigados a admitir o avanço das forças reaccionárias, não sendo de admirar que homens que contribuíram para o afastamento dos oficiais revolucionários, vejam hoje as suas próprias posições em perigo.

Simultaneamente assiste-se ao recrudescer das acções dos fascistas do ELP/MDLP que mais não são do que expressão clandestina de partidos legalizados. Tais acções, que têm visado os partidos de esquerda e as organizações dos trabalhadores, têm por objectivos, por um lado intimidar os trabalhadores e as suas organizações para deixarem o campo livre à direita, e por outro, criar um clima psicológico nas massas que as leve a aceitar, ou mesmo desejar, tal como em 1926, um regime de força, baseado na disciplina irracional, ou seja uma ditadura fascista.

Também na TAP se reflecte o avanço das forças reaccionárias, aparecendo hoje como normal o que há meses atrás parecia impossível, ou seja, a expressão organizada dessas forças através de cartazes e comunicados. A situação é tão clara, que são partidos como o PPD e o CDS a afirmar que só agora se apresentam em virtude de só agora haver «condições democráticas». **Ninguém ousaria propor, há meses atrás, que o fascista Sá Carneiro viesse «esclarecer» os trabalhadores da TAP. No entanto ele veio e,**

por estranho que pareça, a convite da Comissão de Trabalhadores Curiosamente, também hoje os elementos que mais se comprometeram com o fascismo, levantam a cabeça com arrogância, não escondendo mesmo, a vontade que têm em voltar a utilizar os métodos repressivos que tristemente os tornaram notados.

Neste contexto ganha uma importância especial a aproximação e entendimento de todos os trabalhadores que, militando ou não em organizações progressistas, tenham sinceros ideais revolucionários. Para tal, há que afastar todo e qualquer sinal de sectarismo, que mais não serve do que para dividir os trabalhadores e afastá-los do que no fundo é essencial para todos: **a construção da SOCIEDADE SOCIALISTA**

É nesta perspectiva que surge a **Organização de Luta Antifascista dos Trabalhadores da TAP**, com vista a aglutinar todos os antifascistas da TAP e a constituir deste modo uma barreira contra o avanço do fascismo.

Os objectivos, por que nos propomos lutar são para já, os seguintes: **Lutar contra os saqueamentos e discriminações à esquerda**; todos sabemos que hoje, a todos os níveis se pretendem afastar ou saquear os trabalhadores que mais consciência têm demonstrado na luta; também na TAP essas tentativas aparecem, mais tarde ou mais cedo. É contra tais tentativas que lutaremos, ao mesmo tempo, apoiaremos militantemente todos os trabalhadores que noutras empresas sejam vítimas da repressão patronal.

Lutar contra o aumento do custo de vida, o congelamento da contratação colectiva e os despedimentos em massa

O congelamento da contratação colectiva e o brutal aumento do custo de vida, ao mesmo tempo que se anuncia o regresso a Portugal dos Champalimaud, dos Melos, e de outros vampiros

do Povo português, só pode significar que a recuperação capitalista está em marcha no nosso país.

Tais medidas, já eram correntes no tempo do fascismo e contra elas já os trabalhadores sabiam unir-se e adoptar as formas de luta mais adequadas. Também agora o mesmo se torna necessário para conseguirmos descongelar a contratação colectiva, anular o aumento do custo de vida e impedir os despedimentos em massa. Se tal não acontecer, é a mais

negra exploração que nos espera, ou seja, o fascismo.

Apoiar a luta pela libertação dos antifascistas e revolucionários presos

É esta uma importante frente de luta, pois os trabalhadores não se podem esquecer que os homens que hoje estão presos, representam a maioria dos que fizeram o 25 de Abril e contribuíram desse modo para o derube da ditadura de Salazar e Caetano. São também aqueles que ao longo destes meses mais

consequentemente se colocaram ao lado do Povo português.

Desenvolver e apoiar todas as formas de luta julgadas necessárias contra o avanço do fascismo e pelo seu aniquilamento

Só pela organização e luta conseguiremos construir a barreira que se oporá ao avanço do fascismo e ao seu aniquilamento. Para tal são todas as formas de organização e de luta importantes. Não seremos por isso sectários ao ponto de só apoiarmos as acções

desencadeadas por nós. Estamos, sim, dispostos a apoiar todas as acções que contribuam por pouco que seja, para o combate ao fascismo.

Contra o fascismo unidade e organização dos trabalhadores

O Secretariado Provisório da Organização de Luta Antifascista dos Trabalhadores da TAP

Lisboa, 9 de Fevereiro de 1976

Pão de Açúcar

A coberto do Ministério

o patronato quer regressar

Tomaram-lhes o gosto e não há nada a fazer; as forças (os mercenários) da repressão, assim que lhes dão uma deixa, correm à rua a pavonear o arsenal.—Pois lá fomos dar com eles frente ao Pão de Açúcar (Alcântara), aonde tinham sido chamados por uma «maioria» (de 6 por cento) de «trabalhadores», daqueles que recebem 20 contos por mês e choram por mais; daqueles que, de conluio com os srs. ministros, querem negociar nas costas dos trabalhadores; daqueles que, tendo sido sempre cães-de-fila do patronato, recorrem aos golpes mais baixos para destruir as conquistas dos trabalhadores.

Desta vez pretendia esta «maioria»: nomear no gabinete do 1.º-ministro uma comissão administrativa nova (a actual tem a confiança dos trabalhadores) e expulsar a Coordenadora das CTs do Pão de Açúcar (eleitas nos plenários respectivos). As CTs e a Coordenadora, porém, souberam responder sempre com correcção, evitando as provocações (agressões físicas, destruição de material, expulsão de trabalhadores das instalações, em nada disto hesitou a famosa «maioria») e levando a cabo uma luta que contou 2.ª-feira com o apoio e concentração em Alcântara dos trabalhadores dos vários postos de trabalho do Pão de Açúcar. Na noite de 2.ª-feira, a «Comissão de Luta» fantasma-fantoches dos traidores estava completamente desmascarada. Uma moção que nesse momento já era subscrita pela maioria da empresa repunha as instalações em

funcionamento e reforçava as conquistas já alcançadas pelos trabalhadores, marcando ainda um plenário decisivo.

Entretanto, a PSP, com a sua presença intimidatória, não conseguiu o que pretendia: fazer recuar os trabalhadores e encobrir a traição dos defensores do patronato e da política reaccionária do Governo. E, coitada, nem teve ocasião de fazer uma (outra) demonstraçãozinha da sua força bruta.

Poder Popular

6 meses 1000 00

12 meses 2000 00

apoio 400 5 00

estrangeiro Europa 5000 00

Nome

Morada

Localidade

Profissão

jornal semanal — todas as 4.ª-feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração — Redacção Av. D. Carlos I — 128, Lisboa telefone 66 26 83

Composição e Impressão Renascença Gráfica, S.A.R.L. Rua Luz Soriano, 44 — Lisboa

Os reaccionários já vão no Campo Pequeno

A direita marca mais um ponto. Domingo, em Lisboa os fascistas portugueses de sorriso bem levantado ocuparam voluntariamente o Campo Pequeno.

Foi um palco-algo insólito o que ontem se abriu na área da Praça — um outro tipo de tourada.

Os actores representavam bem um estrato importante da nacional-burguesia: tínhamos as velhas burguesas caquéticas, perdidas nos seus visões onde um auto-colante centrista substituiria para o momento a sua «fantasia» de diamantes, os cães motorizados de blusão de couro ou samarra de onde resvalavam matracas de ferro, os doutores calvos e bem instalados na vida e nos coletes do fato de «corte inglês», as melhores filhas da burguesia no seu jovem deslizar «negligé» de chapéu de basebol, com os símbolos do partido dispersos pelas linhas arredondadas, enfim uma ampla e legítima maioria da fina casta de exploradores portugueses.

Mas não só Havia também outros estratos menos exibíveis no palco da burguesia nacional mas a ela ligados, como marginais, chulos, faquistas, prostitutas finas ou não, mercenários, vendedores, adjuntos e outros; mas todos exibindo orgu-

hosamente o símbolo do «centro».

E havia também aqueles que manobrados pelos seus exploradores de quem se tornariam serventuários — alguns camponeses do Norte e centro vindos em excursões que relembavam velhos tempos... — os acompanham no combate contra os seus irmãos explorados que se erguem na luta pelo fim da dominação a que estão sujeitos.

Outras forças significativas da nossa praça não faltaram a este grande raly da reacção nacional.

Tivemos a PSP de capacete e viseira, coletes e cassetetes comandada por um capitão de barbicha que ontem demonstrou ter largo futuro na corporação, ao selvaticamente matraquear repetidas vezes na cabeça uma jovem manifestante antifascista.

A GNR que não quis também faltar com os seus blindados que circulavam a praça, e com elementos «aligeirados» de G3, escudos, capacetes e bastões.

Foram notórias as boas relações entre estes elementos militarizados e os participantes no comício que nos momentos de colaboração mais eficiente teve expressão na perseguição e agressões conjuntas a elementos de esquerda presen-

tes.

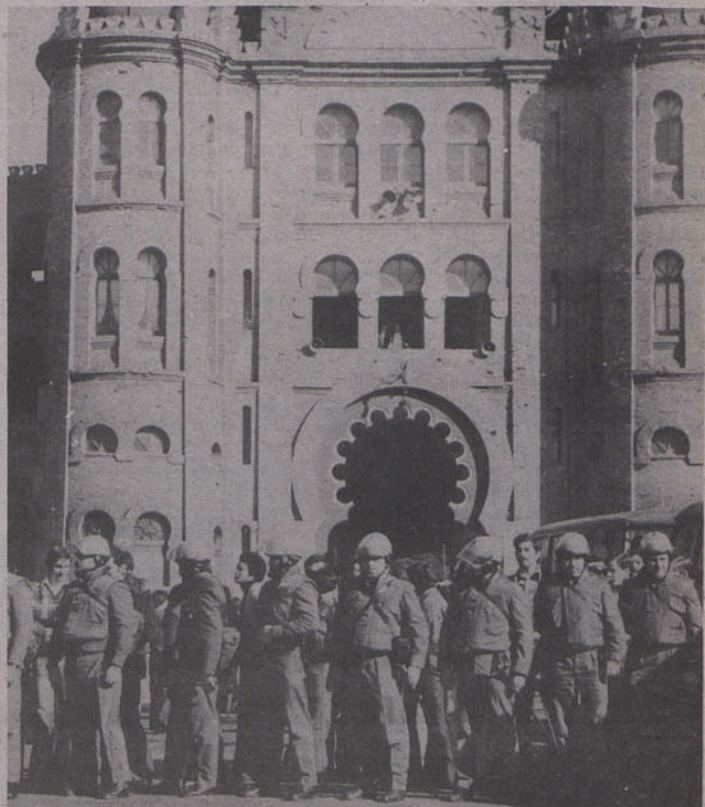
A ausência do Regimento de Comandos foi notada, mas concerteza deveu-se a motivos imponderáveis.

Domingo 8 de Fevereiro de 1976 — um novo marco da «Revolução» «Democrática», rumo ao «socialismo» Lusíada: **Os fascistas reúnem-se em Comício na capital sob ampla protecção de forças militarizadas e com o aval de partidos ditos antifascistas como o PCP e PS Muito bem!**

Os muros da Velha Praça talvez nunca tenham sido tão martirizados como ontem. Ante larga e fina canalha ululante foi exposta a «alternativa 76» — a «alternativa» fascista — a trote, pelo general-cavaleiro-y-aviador-tem-paciência/que vais parar à presidência».

— Galvão de Melo, e em voz de missa cantada pelo cadete de Marcelo — Freitas do Amaral.

O CDS anunciou-se ontem como «frente de massas» do fascismo em Portugal. De um fascismo **REAL** e organizado, que se auto-anuncia como vencedor das próximas eleições, que reivindica justiça para as vítimas do 25 de Abril (os fascistas e PIDES — «presos sem culpa formada»), que exige as terras para os agrários «ilegalmente expropriadas», que retoma as fon-



tes mais puras do fascismo dizendo «repudiar o capitalismo quer o socialismo», que joga o cristianismo e a propriedade individual para a pandeiret eleitoral e finalmente se anuncia como partido único! — **«Partido há só um, o CDS e mais nenhum!**

Aos trabalhadores portugueses apresentam-se agora condições de luta mais difíceis, mas resistindo organizadamente será barrado o caminho ao fascismo que se reergue e criar-se-ão condições que permitam o avanço para o Socialismo.

«Fora com a história o CDS à vitória! «berravam ontem os fascistas.

Mas à barbárie reaccionária a história da luta da libertação dos trabalhadores será a resposta Uma resposta que silenciará definitivamente a exploração e todos a quem ela serve.

LIBERDADE

PARA TODOS

OS

REVOLUCIONÁRIOS

PRESOS

**Manifestação
dia 20
promovida
pelo CLARP**